
ARTIGO

ALGUMAS INTERROGAÇÕES SOBRE AS TENDÊNCIAS RECENTES DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA: A Emergência Do "Novo" E A Crítica Ao Racionalismo

Silvia Regina Ferraz Petersen

L'article traite du profil théorique-méthodologique de l'historiographie brésilienne actuelle, dont les résultats innovateurs interrogent l'épistémologie rationaliste. Ils laissent les "macro" explications, ils privilégient les nouveaux objets de recherche et récupèrent les aspects subjectives de l'expérience sociale. L'article prétend démontrer, dans un premier temps, comment quelques une de ces caractéristiques considérées comme "nouvelles" constituent, en fait, des tendances existantes depuis le XIX^e siècle où des tensions permanentes qui accompagnent l'histoire de la connaissance. Dans un deuxième temps, comment des conceptions critiquées jusqu'alors, réussissent à s'infiltrer dans les nouvelles formes de la pensée. Finalement l'article se propose de réfléchir sur quelques effets possibles de la crise du rationalisme.

Aos que vem acompanhando os rumos da produção historiográfica no Brasil na última década, sobretudo no que se refere a seu perfil teórico-metodológico, não restam dúvidas que os resultados que aparecem como inovadores, como as manifestações mais destacadas e importantes, tem pelo menos algumas características em comum: questionam a epistemologia racionalista-científica-objetivista,

abandonam a dimensão macro-explicativa, instauram novos objetos de investigação, recuperam a dimensão subjetiva e colocam-se criticamente diante da tradição marxista ou pelo menos de sua versão ortodoxa.

Este questionamento aparece ora em trabalhos que se propõem exatamente esta discussão teórico-metodológica (mais escassos), ora no interior das próprias obras historiográficas produzidas; percorre uma escala que vai da atenuação da tradição epistemológica vigente até uma postura iconoclasta radical frente a ela: enquanto alguns autores propõem renovações e desenvolvimentos nos campos teóricos clássicos, outros se colocam radicalmente a favor de novos paradigmas.

Tal discussão não é específica do conhecimento histórico, que a compartilha com a antropologia, sociologia, etc., nem obviamente se circunscreve no âmbito do Brasil. Ou seja, atravessa o conhecimento social no seu todo.¹

1- Para não incorrer em alguma omissão quanto às obras mais destacadas da nova historiografia brasileira, prefiro indicar aqui alguns artigos que, em diferentes medidas, abordam ângulos desta problemática.

- GARCIA, Marco Aurélio. *A célula da História. Leia*. São Paulo, julho de 1987.
- RIBEIRO, Renato Janine. "Moda" histórica revive a narrativa e cria objetos. *Folha de São Paulo*, 12-11-1988.
- MARTINS, Marlíia. *Novas imagens do Brasil*. *Jornal do Brasil*, 7-5-1989.
- COSTA, Emília Viotti da. *Estruturas versus experiência. Novas tendências na história do movimento operário e das classes trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se ganha*. BIBL/ANPOCS, Rio de Janeiro (29):3-16, 1989.
- CHALHOUB, Sidney. Jacob Gorender põe etiquetas nos historiadores. *Folha de São Paulo*, 24-11-1990.
- GORENDER, Jacob. Como era bom ser escravo no Brasil *Folha de São Paulo*, 15-12-1990.
- LARA, Sílvia H. Gorender escraviza a história. *Folha de São Paulo*, 12-01-1991.

No campo da sociologia, lembro o trabalho de Octavio Ianni, "A crise dos paradigmas na sociologia", adiante citado.

Fora do Brasil, são representativos os artigos de F.R. Ankersmit "Historiography and postmodernism" e de Perez Zagorin, "Historiography and postmodernism: reconsiderations", publicados em *History and Theory*, números 28 (1989) e 29 (1990). Indico também as discussões que aparecem nos números 29 e 30 (1985) da revista *Espace Temps*.

No que se refere ao conhecimento histórico, esta crítica, ao que eu resumidamente chamarei **racionalismo cientificista**, tem vários desdobramentos e a análise de dois deles é o objetivo deste trabalho. Estou me referindo aos limites do "novo" e aos efeitos possíveis da crítica da razão.

- Quando se critica o perfil da tradição historiográfica dominante, cuja matriz é a referida epistemologia, via de regra se aponta para sua contrapartida, consistente em novos métodos, temas e abordagens teóricas. Neste sentido, o que eu quero examinar é a possibilidade de que muito do que é tomado como novo seja na verdade a recuperação de tendências já constituídas - ainda que não dominantes - no pensamento social desde o século XIX (para não ir mais longe) e que muitos dos problemas são, na verdade, tensões permanentes que atravessam a história do conhecimento social. Ainda dentro desta questão, há um outro aspecto que quero abordar: que algumas vezes o novo traz o contrabando do velho, ou seja, concepções que tem sido criticadas conseguem escapar à crítica, infiltrando-se nas novas formas de pensar a história.

- Quando se critica a tradição racionalista apontando para a necessidade de se tomar em conta os aspectos não-racionais, fortuitos, subjetivos, etc., no acontecer histórico e na construção de seu conhecimento, estamos ao mesmo tempo abrindo espaço para outros saberes, exilados pela razão e nos debruçando na beira de um "buraco negro", onde esta posição pode ser "sugada" até submergir no relativismo e irracionalismo completo, onde qualquer pretensão de verdade e objetividade é falsa, onde as evidências e aparências substituem o diálogo com a teoria. Mesmo que na maior parte das vezes não seja esta a intenção da crítica, acaba sendo seu limite possível.

Como acho esta questão muito importante, vou colocá-la de outra forma: mesmo naqueles casos onde o que se reivindica é o espaço do não-racional no acontecer histórico mas onde não se defende uma posição anti-racional de tipo nietzschiano, por exemplo, não se avança no sentido de repensar o estatuto da razão e como se dão as relações entre o racional e o não-racional tanto na história como na produção de seu conhecimento, deixando aberto, mesmo que sem o desejar ou sem disso ter consciência, o caminho para o relativismo, o irracionalismo e a subjetividade que não se reconhece como tal.

A seguir vou analisar estas duas questões.

I - SOBRE O "NOVO"

A idéia de "novo" no conhecimento histórico é tributária em grande medida da chamada "crise da modernidade" e da forte influência da *Nouvelle Histoire* em nosso meio acadêmico. Mas não analisarei aqui estas duas questões, pois implicaria a discussão de temas muito amplos e complexos, o que me levaria certamente a tangenciar o ângulo específico que desejo abordar.

Não há nenhuma dúvida de que é preciso realizar mudanças quanto as formas de pensar o social. Não só a realidade está mudando, colocando em pauta questões antes inexistentes ou que não tinham sido objeto da atenção dos historiadores, como nossos instrumentos de investigação e nossos métodos de percepção se mostram insuficientes. Parece que se fraturou a ligação entre a realidade e seu conhecimento, questão esta que embora sempre objeto de polêmicas e de entendimentos diferentes, não possuía a centralidade de que hoje se reveste.

É claro que seria inútil insistir na investigação de temas que já foram exaustivamente trabalhados ou em velhas fórmulas, em categorias que já não dão conta do que se propõem representar e que é necessário buscar outros caminhos. E neste quadro a experimentação, o ecletismo, o predomínio de perguntas em relação às respostas são quase imposições deste momento em que se transita de concepções que se mostram insuficientes às outras formas de pensar e conhecer que ainda não se constituíram completamente.

O que me interessa a esse respeito é um ângulo bem específico: por um lado, saber que tanto de novo estamos criando, que tanto estamos avançando (ou velhas idéias estão aparecendo como novas) e, por outro, que tanto velhas concepções tem escapado à crítica e conseguiram infiltrar-se, contrabandeando o velho para novas formas de pensar.

O que eu penso é que temos avançado pouco no aprofundamento teórico do que é realmente novo e na reflexão sobre os desdobramentos que estão implícitos nestas novas tendências teórico-metodológicas.

A crítica dos historiadores aos caminhos que vinha percorrendo o conhecimento histórico nem sempre teve um avanço similar no enfrentamento das questões que souberam localizar com tanta perspicácia. A ausência de um desenvolvimento teórico mais consistente acaba por reduzir o historiador à aproximações parciais da questões que aborda.

Parece que há mais uma busca de novos temas do que a busca de melhores soluções para os complicados problemas da produção de conhecimento histórico. É visível a inovação temática que a historiografia experimenta, mas o mesmo não me parece ocorrer no campo teórico. Mesmo que haja intenções neste sentido, o horizonte teórico tem sido pouco desenvolvido. Aliás, esta observação poderia se estender por analogia a muito do que acontece no Brasil: "Nova" República, Brasil "novo", "novas" medidas do governo, etc... etc.

A crítica à historiografia tradicional se revelou freqüentemente frutuosa e a explosão que provocou em todas as direções de pesquisas constituiu uma verdadeira revisão quanto a maneira de vislumbrar o objeto da história, mas deixou questões teóricas de fundo em suspenso. E não é com uma mudança da gama de objetos, com acrobacias de linguagem ou com quilos de papel vendidos que se mede a vitalidade de uma disciplina. Ela se mede pelos avanços realizados no domínio do conhecimento e para isso segue válido o axioma "sem teoria não há história."

Na nova historiografia, um exemplo disso é a temática do cotidiano. O conceito "cotidiano" via de regra permanece em um nível muito impreciso - o de "vida de todos os dias" - prestando portanto escassos serviços analíticos. Quais são os componentes significativos da vida cotidiana? Existirá alguma forma de hierarquia entre eles, sendo uns mais importantes que outros? Como se organizam, se mantêm e se transformam estes elementos? Que relações existem entre os aspectos cotidianos e não-cotidianos da vida social? Poucos historiadores têm se preocupado com estas questões, ainda que o tema seja "novo" na historiografia.

*"A crise dos referenciais teóricos tem o mérito de liberar o pensamento dos moldes que viciavam suas operações e inibiam sua criatividade. Isto é certamente positivo. No entanto, caberia enfatizar que os resultados obtidos não podem se deter na improvisação, na imitação, no engodo e mesmo no arrivismo. E, contra isso, não há antídoto melhor que uma sustentação teórica consistente e uma metodologia precisa. Se a demolição de referenciais mais antigos pode representar um benefício, não há porque orgulhar-se de não dispor de qualquer referencial."*²

2- FALCÃO, Luiz Felipe. O poder da teoria. CPG História UFRGS, 1990, p. 6. (dat.)

Após estas considerações preliminares para situar a questão, quero fazer uma observação sobre o uso exagerado da qualificação "novo" para designar tudo o que se pretende valorizar no conhecimento histórico recente. Não estou dizendo o absurdo de que nada é novo e sim que este qualificativo tem sido estendido indevidamente, criando uma falsa idéia de que só agora estamos avançando.

Às vezes penso que se poderia comparar esse momento com o que viveu Lucien Febvre quando escreveu sua obra clássica *Combates pela história*: tal como na fase inaugural da Escola dos Anais, não está se desenvolvendo uma exposição sobre as formas de pensar historicamente e produzir conhecimento histórico, mas, quando muito, uma crítica destas formas. Como as frentes de combate são muitas, não há quase avanços teóricos fundamentais. Por isso também há contradições inevitáveis e ausência de uma exposição sistemática de princípio destas propostas críticas à historiografia dominante. Elas têm um ar de casual, emergindo de acordo com o problema de que se trate em um dado momento.

Sobre o caráter desse "novo" no conhecimento histórico, creio que pode nos servir de alerta a resposta que o insuspeito François Furet deu à pergunta de seu entrevistador sobre se há algo de novo na história que está sendo feita hoje em dia, e de porque se fala agora em "nova história":

*"- Isto é uma bobagem! As pessoas se batizam periodicamente de 'nova história' para dizer que não gostam daquilo que uma parte de seus contemporâneos faz. Não acredito que isto seja verdade. A única novidade introduzida pelos americanos foi a counterfact history, a história estatística com hipóteses contrafactuais, que é uma parte interessante da história econômica. Mas, tirando isto, o que quer dizer 'nova história'? Se quer dizer que se está fazendo a história dos povos, a história das pessoas em lugar da história dos reis, isto é tão velho como o mundo. Voltaire já condenava esta pretensão há dois séculos. Por conseguinte, eu não acredito que se possa fazer uma história radicalmente nova. O que se pode fazer é renovar os velhos temas ou tratar temas que nunca foram tratados com métodos já testados. Desconfio da palavra 'nova' que é empregada um tanto excessivamente. Isto significaria o nascimento de um setor inteiro da história completamente novo."*³

3- FURET, François. O historiador e a história. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro (1), 1988, p. 160.

George Duby também coloca reparos ao uso do vocábulo:

" O que eu penso é que a nova história - ou antes, a boa história, porque não há hoje 'novos' historiadores, tal como não há 'novos' filósofos, há bons e maus - é que a boa história não cessou de ajustar os métodos da crítica histórica aos seus novos objetivos e que deve continuar a fazê-lo, que a rejeição da erudição, da erudição na sua forma esquelética, seca, ressequida, tenha sido necessária, que tenha sido preciso sacudir a poeira, em dado momento, não restam dúvidas. Mas já não estamos aí. E, para contrabalançar a tentação de partir à conquista de um público muito amplo, seduzindo-o, é indispensável a preocupação de rigor. Se abandonamos a pretensão de elevar a história ao nível das ciências exatas, conservemos a vontade de afinar, incessantemente, os nossos utensílios. " ⁴

Além desta observação sobre o abuso do qualificativo, acho importante examinar também que tanto de novo existe naquilo que é apresentado como novo no conhecimento histórico.

Para isto, tomarei exemplos de questões teóricas que aparecem na historiografia recente como novas, mas cuja novidade, no meu entender, não resiste a um breve exame.

A historicização dos conceitos

Critica-se freqüentemente a fixidez dos conceitos, sua lógica redutora e totalitária, o fato de serem construídos *post festum* e, portanto, representarem os fenômenos "concluídos", sua incapacidade de apreender aquilo que é fugaz, não sujeito a regularidades, etc., sua superposição formalística e estática sobre objetos que são dinâmicos, complexos e contraditórios. Em suma, são estruturas eóricas coercitivas que privam do prazer de encontrar os sujeitos reais, a própria vida. Que este desvio tenha ocorrido, não significa no entanto que sua crítica seja nova. Quando muito, pode ser uma retomada da noção correta de conceito que o uso vulgar deturpou, pois a relatividade do conceito em representar a realidade é um dos princípios fundamentais do pensamento científico.

4- DUBY, Georges e LARDREAU, Guy. *Diálogos sobre a nova história*. Lisboa, D. Quixote, 1989, p. 49.

Este raciocínio pode ser estendido a outras faces da mesma questão, como por exemplo a reivindicação da concretude da vida humana diante da racionalidade formal da teoria. Assim, não cabe tomar esta questão como nova no campo da epistemologia.

A constatação da existência de temporalidades múltiplas na história

A concepção newtoniana acerca de um tempo "absoluto", que existe por si e em si mesmo como duração pura, independente dos objetos materiais e dos acontecimentos - isto é, a concepção do tempo como uma espécie de substância -, marcou a ciência e os debates filosóficos por mais de dois séculos.

Esta idéia metafísica de um tempo absoluto, externo à história e desta como uma evolução linear, como observa *Ciro Cardoso*⁵, já teve seu contraponto no século passado, quando se expôs a concepção marxista do tempo e do espaço, que os considera como tendo existência objetiva, não como substâncias ou essências independentes, mas sim como formas de existência da matéria em movimento. No entanto, mesmo se quisermos ficar em uma tradição mais recente e menos sujeita a uma crítica ideológica, não podemos esquecer que a grande contribuição teórica da Escola dos Anais foi justamente a idéia braudeliana de que na história convivem diferentes tempos e neles, diversos ritmos: a curta duração dos acontecimentos, a média duração das conjunturas e a longa duração das estruturas, além da longuíssima duração das relações do homem com a terra, com o meio que o cerca.

Concordando ou não com a explicação braudeliana (pois não é acompanhada por uma teoria geral sobre a sociedade onde estes tempos se constituiriam), ela não pode ser esquecida, sobretudo por historiadores que são herdeiros da tradição da Escola dos Anais.

O fato histórico como uma construção

A concepção empirista do fato histórico impregnou profundamente a produção do conhecimento histórico através do tempo, sobretudo, por um lado, pela via da historiografia positivista francesa e, por outro, pela dos historiadores científicos alemães como *Leopold von Ranke*. Isto sem mencionar que a apreensão

5- *CARDOSO, Ciro F. Ensaio racionalista. Rio de Janeiro, Campus, 1989, p. 29.*

direta, fenomênica, empírica da realidade é a forma de conhecer por excelência do pensamento comum.

Esta tentação de encontrar na aparência imediata do dado a chave da inteligibilidade do real é um dos principais obstáculos ao desenvolvimento do conhecimento (mesmo que a própria definição do que é empírico, do que é ou não relevante no mundo da empiria dependa de alguns pressupostos não diretamente empíricos, assumidos por todo o investigador social). Não se pode esquecer, no entanto, que também no século XIX Marx realizou para a história o que Kant teria denominado "uma revolução copernicana", que pode ser sintetizada na conhecida afirmação que aparece na *Introdução Geral à Crítica da Economia Política de 1857*, texto que foi considerado o discurso do método de Marx: "Parece justo começar pelo real e concreto(...) entretanto, se se examina com maior atenção, este se revela como falso."

Esta mesma concepção Marx também a expressa ao escrever que "... toda a ciência estaria demais se a forma de manifestar-se as coisas e a essência destas coincidissem diretamente."⁶ A realidade aparece cifrada e cabe ao investigador decifrá-la. Neste sentido, Marx postulou que a finalidade do trabalho científico consiste em reduzir o movimento aparente ao movimento real da realidade, "... do mesmo modo que para interpretar o movimento aparente dos astros é indispensável conhecer seu movimento real, ainda que imperceptível aos sentidos."⁷

Tal ponto de vista, sem dúvida, questiona a eficácia do procedimento empirista, a apreensão direta do real, a identidade entre o objeto real e sua representação conceitual. Esta distinção entre objeto real e objeto de conhecimento é destacada por Sartre quando escreve: "A originalidade de Marx é estabelecer irrefutavelmente (...) que o ser se mantém irredutível ao saber."⁸

Se no entanto deixamos de lado a Marx, também encontramos, por outros caminhos, em outras tradições teóricas, a refutação do empirismo. Assim, Croce e Collingwood são exemplos do que poderia se chamar genericamente de concepção

6- MARX, Karl. *O capital*. México, Fondo de Cultura Económica, 1974. T. III, p. 757.

7- MARX, Karl. *Op. cit.*, Tomo I, p. 254.

8- SARTRE, Jean P. *Crítica de la razón dialectica*. Buenos Aires, Losada, 1963. T. I, p. 169.

idealista subjetiva do fato histórico, que em diferentes medidas, o considera um produto do espírito ou do pensamento do historiador.

Assim, segundo Croce,

*"... como um fato é histórico apenas na medida em que é pensado, e como não existe nada fora do pensamento, a questão de saber quais os fatos que são históricos e quais os que não são não tem sentido algum."*⁹

E ainda:

*"O espírito mesmo é a história. Em todo momento cria a história e é ao mesmo tempo resultado de toda a história precedente. E assim que o espírito contém em si toda a história, que coincide com ele mesmo."*¹⁰

A vertente mais conhecida desta concepção é o presentismo: tudo o que constitui a história é produzido pela espiritualidade do historiador, de onde procede que toda a história é contemporânea, isto é, a imagem do passado vai se atualizando conforme se modifica o historiador. Como destaca Adam Schaff¹¹, não há passado objetivamente dado, há apenas fatos criados pelo espírito em um presente eternamente variável. Toda a história deve pois ser atual, visto que é o produto de um espírito cuja atividade se situa sempre no presente e que cria a sua imagem histórica (fora da qual não existe história) sob a influência de interesses e de motivos atuais.

Croce escreve:

"A necessidade prática, na qual todo o juízo histórico se baseia, confere à história a propriedade do atual, porque esta está sempre em relação - por mais longínquo que seja o passado a que se

9- CROCE, Benedetto. "Zur Theorie und Geschichte der Historiographia. Tübingen, 1915. In: SCHAFF, Adam. *História e Verdade*. Rio de Janeiro, Martins Fontes, 1978, p. 110.

10- CROCE, Benedetto. In: KON, I.S. *El idealismo filosófico y la crisis del pensamiento histórico*. Mexico, Ediciones Cultura Popular, 1977, p. 154.

11- SCHAFF, Adam. Op. cit., p. 111.

referem os fatos - como uma necessidade atual, uma situação atual."¹²

E Collingwood:

"O pensamento histórico é uma atividade da imaginação, com a ajuda da qual tentamos fornecer-lhe conteúdos particulares.

.....
Por esta mesma razão, na história como em todas as questões importantes, nenhum conhecimento adquirido é definitivo. Um testemunho válido num momento dado para a solução de um dado problema, deixa de o ser assim que se modificam os métodos e assim que mudam as competências dos historiadores (...)

*Por causa destas mudanças contínuas' - por mais lentas que possam parecer aos observadores que se limitam a um breve lapso de tempo -, cada nova geração deve reescrever a história à sua maneira; cada novo historiador, não contente com dar respostas a questões antigas, deve rever essas mesmas questões..."*¹³

Assim, mesmo sem incursionar mais profundamente no pensamento desses autores, a idéia do fato histórico como uma construção não é nenhuma novidade na historiografia.

Apelo ao relacional, ao global, ao dialético

Esta é uma questão bastante complicada na historiografia recente, pois por um lado temos uma tendência onde os objetos de investigação aparecem como que isolados dos complexos mais amplos onde se realizam, onde a idéia de totalidade é substituída pela de fragmentação, ruptura, etc., que seriam as condições de existência da sociedade pós-industrial. Mas não vou me referir a esta corrente, pois em todo o caso isto poderia ser de fato "novo" na historiografia, um efeito da pós-modernidade. Quero examinar o outro caminho, em que aparece como nova a busca de globalidades, relações, etc., até mesmo apontando para uma "dialética", que em todo o caso nunca se explicita bem em que consistiria.

12- CROCE, B. In: SCHAFF....., p. 111.

13- COLLINGWOOD, R.G. The idea of history. Oxford, 1946. In: SCHAFF....., pp. 115-6.

Considero que, mais uma vez, esta não é uma questão nova para o conhecimento histórico, ainda que seja assim colocada. Bastaria lembrar a obviedade de que não há vida em sociedade sem relações sociais.

A reivindicação para o conhecimento histórico de uma perspectiva globalizante, relacional, já constituía no século XIX um dos pontos centrais do pensamento marxista. Como dizia Lukács, "não é a predominância dos motivos econômicos que distingue de modo decisivo o marxismo da ciência social burguesa, mas sim o ponto de vista da totalidade."¹⁴

Quando atualmente se critica a unilateralidade das abordagens "macro" e "micro" e se propõe novas formas de abordagem que englobem tanto a "ação" quanto a "estrutura", está se apontando no mesmo sentido em que pensava Marx quando escreve que "os homens fazem sua história, mas em condições que não escolheram", se está justamente indicando este duplo momento na análise do ser social.

Mas se deixamos o campo marxista e ingressamos no da Escola dos Anais, que tanta influência teve em nosso meio acadêmico, observamos que suas reflexões sobre o trabalho do historiador e a história já na década de 40 apontam para uma "vontade globalizadora" que se justifica pela necessidade de superar a limitação tradicional da história factual e política. Em 1941, Febvre opinava que o trabalho do historiador consiste em relacionar aspectos da vida humana, sem que importe quais seja, não havendo fatores predominantes. Define a história como

*"... a harmonia que, perpétua e espontaneamente se estabelece em todas as épocas entre as diversas e sincrônicas condições de existência dos homens: condições morais, condições técnicas, condições espirituais."*¹⁵

Esta frase quer dizer, em suma, que tudo está relacionado com tudo - o que afinal não era precisamente uma descoberta - ainda que não nos diga como se estabelece esta relação.

A idéia da história global também se expressa na insistência dos Anais em relacionar a história com as ciências que lhe são próximas, modernizando seus métodos, seu conceito de fontes, etc.

14- LUKACS, Georg. *Historia y consciencia de clase*. Mexico, Grijalbo, 1969, p. 29.

15- FEBVRE, Lucien. *Combates por la historia*. Barcelona, Ariel, 1974, p. 56.

Sem entrar aqui na discussão do que é essa história global (pois quando Braudel diz, por exemplo, "... para mim a história é a soma de todas as histórias possíveis"¹⁶, abre a porta a uma concepção para a qual a história está constituída pela justaposição de diferentes histórias particulares, cuja autonomia é absoluta), não se pode desconhecer, no entanto, que esta é uma idéia já muito antiga na produção do conhecimento histórico.

Este elenco de exemplos poderia ser ampliado com outras questões que também aparecem a meu ver indevidamente como novas: a história - problema, a recusa aos vários determinismos, etc.

Se observarmos os exemplos, parece que mais do que invenção, o que vem ocorrendo é um retorno à concepções já existentes no acervo do conhecimento social e que por razões diversas agora são recuperadas na produção do conhecimento histórico, sem que se faça, no entanto, uma reflexão sobre as razões do retorno, de porque agora adquirem um estatuto gnoseológico que antes não possuíam.

Por isso, me ocorre também uma outra observação: o historiador não pode desconhecer a história da teoria ou correrá o risco de estar reinventando a roda. O caminho que percorreu a teoria da história parece que foi esquecido: me atrevo até a pensar, conhecendo a tradicional indigência teórica dos historiadores, que em muitos casos este caminho não foi percorrido.

Como comenta Octavio Ianni para a Sociologia¹⁷, também no campo do conhecimento histórico há questões reais e imaginárias neste embate do novo contra o velho. Assim, por exemplo, uma série de controvérsias e impasses sobre o objeto, a teoria e o método histórico e do conhecimento social em geral são mais ou menos permanentes ao longo da existência deste campo de conhecimento, entre os quais a procura do fator dominante, a tensão entre sujeito e objeto no conhecimento (relação entendida ora como de exterioridade, ora de dependência mútua ou reciprocidade), e a tensão entre indivíduo e sociedade. Estas questões não perdem sua atualidade, assim, a tensão entre indivíduo e sociedade é essencial e contínua sendo, se quisermos entender a trama das relações sociais, os espaços de liberdade, as condições de opressão.

16- BRAUDEL, Fernand. *La historia y las ciencias sociales*. Madrid, Alianza, 1974, p. 75.

17- IANNI, Octavio. A crise dos paradigmas na sociologia. *Revista da ANPOCS*. São Paulo, 13(5): 99 junho 1990.

Alvin Gouldner¹⁸ aponta no mesmo sentido, quando observa que a dissonância entre voluntarismo e determinismo, por exemplo, não é propriedade do pensamento secular moderno, como indica desde muito tempo a tensão entre "livre arbítrio" e a "lei natural" na teologia cristã. Este debate, por sua vez, foi a expressão escolástica teológica de um anterior encontro com o dilema, que procede do pensamento grego antigo: nele o destino (a necessidade), se impunha até aos deuses. Mas os homens enfrentavam o destino: a necessidade grega não continha a idéia do absolutamente impossível. Os limites dos homens e seu destino podiam ser ampliados ou quebrados, ao menos momentaneamente. Tudo o que a lei assegurava era o castigo, mas não podia impedir que ocorresse. O proibido não é o mesmo que o impossível; só implica um custo e os homens podem fazer coisas proscritas se estão dispostos a pagar o preço disto. Quando Édipo peca, a terra de Tebas sofre com isso, mas Édipo pode pecar.

A tensão entre o voluntarismo e o determinismo não é nova nem sem importância no pensamento ocidental, forma parte profunda deste pensamento (St^o Agostinho x Santo Tomás de Aquino, Vico x Maquiavel, Comte x Dilthey, Marx x Kierkegaard, estruturalismo x existencialismo) e, através dele, da própria teoria social, que em medidas diferentes gravita ao redor destes polos:

"O primeiro concebe a sociedade como uma rede de significados humanos e encarnações de atividades humanas; o segundo... nos apresenta a sociedade concebida como uma faticidade coisificada, que vigia a seus membros individuais com controles coercitivos e os molda em seus processos socializadores... a primeira concepção nos apresenta ao homem como ser social e a sociedade como feita por ele, enquanto que a segunda coloca a sociedade como uma entidade que está sobre e contra o homem, e mostra a este como feito por ela.

O problema decisivo da sociologia não é achar maneiras engenhosas de 'harmonizar' estes dois pontos de vista senão aceitar que as instituições feitas pelo homem adquirem de alguma forma certa autonomia oposta a seus criadores e estudar a maneira como surge esta estranha objetividade. Devemos tomar seriamente a objetividade da existência social em sua relação com a subjetividade humana e

18- GOULDNER, Alvin. Los dos marxismos. Madrid, Alianza, 1983, p. 50.

perguntarmos como é possível que a atividade humana produza um mundo de coisas. ¹⁹

Ainda dentro desta primeira questão, que chamei Sobre o Novo, há um outro aspecto que quero tratar e que já apontei no enunciado: de que algumas vezes o novo traz o contrabando do velho. Ou seja, aquilo que é criticado como ultrapassado retorna dentro daquilo que presumivelmente tomaria o seu lugar.

Um exemplo disso aparece na crítica ao determinismo estrutural. Principalmente em autores influenciados pela Nova História, não é difícil encontrar as mentalidades muitas vezes se transformando em verdadeiras infra-estruturas determinantes do social; em outros casos, sem chegar a tanto, proclama-se sua autonomia, sua auto-suficiência, sua não-dependência para com as determinações da estrutura global.

Um outro exemplo encontramos nos esforços para uma compreensão adequada dos novos movimentos sociais. Assim, é comum encontrarmos referências a que a emergência deste objeto nos obriga a repensar a política ou alargar a esfera do político. No entanto, permanece intocada a referência central e definidora da política propriamente dita.

"Conseqüentemente, a questão global orientadora desta nova linha de pensamento não mudou em relação ao raciocínio tradicional. Reavaliar a função política dos movimentos de base significa que ainda estamos procurando o seu potencial político apenas a partir de uma ótica melhor."

.....
Muito menos pretendo postular a existência de domínios da vida social isentos de política, uma coisa que aprendemos é que as relações de poder penetram em todos os poros da vida social. Proponho-me, em vez disso, a completar o raciocínio: está suficientemente claro que toda a relação de poder é permeada, em medida ainda maior, pela vida social?

.....
Tudo isso conduz à seguinte pergunta: é possível imaginar que a contribuição histórica que os novos movimentos podem oferecer não

esteja na ampliação do potencial político de uma esquerda revolucionária, mas, ao contrário, na possibilidade de resgatar das tenazes da política (inclusive das da esquerda), fragmentos de uma vida social significativa? Em outras palavras, será que a 'novidade' destes movimentos consiste no fato de terem por objetivo a reapropriação da sociedade por si mesma?"²⁰

2 - OS CAMINHOS QUE SE ABREM A PARTIR DA CRÍTICA AO RACIONALISMO

A segunda questão, e que me parece mais complicada de trabalhar, são os caminhos que se abrem, a partir da crítica da epistemologia racionalista, por um lado às outras formas de saber e, por outro, ao irracionalismo e subjetivismo, o que parece não estar sendo suficientemente ponderado nesta crítica, que é de fácil enunciação - até pela justeza de seus argumentos - mas que não se desdobra até suas últimas conseqüências, que podem ser extremamente graves.

Creio que há um deslocamento na verdadeira questão que se apresenta ao conhecimento histórico na atualidade: a luta não é tanto entre o velho e o novo, mas entre razão e desrazão; há uma separação muito frágil entre a flexibilidade teórica e o relativismo, entre a crítica a uma racionalidade normativa do real e uma perspectiva irracionalista e assumir uma ou outra postura tem conseqüências cruciais para o conhecimento histórico, para ficar apenas neste âmbito específico.

Esta questão pertence à órbita dos temas que se colocam com a chamada crise da modernidade e dentro dos quais destaca-se a crise da razão moderna.

Algumas faces da crise da modernidade ou da chamada sociedade pós-moderna se conjugam para compor a crise da razão. Ela possui uma série de características que estão na base desta concepção irracionalista da sociedade e que Michel Zaidan Filho ²¹ enuncia assim:

- O real deixa de ser referência; a ação da mídia reduz tudo ao simulacro; não há um real a ser representado e muito menos um sentido para este real.

20- EVERS, Tilman. A face oculta dos novos movimentos sociais. *Novos Estudos CEBRAP*. Rio de Janeiro (4), abril de 1984, pp. 13-14.

21- ZAIDAN FILHO, Michel. *A crise da razão histórica*. Campinas, Papirus, 1989, pp. 20-22.

- A fragilização do sujeito.

- A sociedade torna-se um fantástico caleidoscópio de micro objetos, sem sentido, sem hierarquia causal, sem razão. Na ausência de um sentido para a história, a preocupação com o futuro desaparece: é o fim da história e o objeto das práticas políticas se define a partir do cotidiano de cada um.

A modernidade gerou um modelo de discurso epistemológico, científico e tecnológico que hoje está questionado. Há muitas explicações do mundo e o racionalismo científico tratou de desautorizar outras formas de saber, como a intuição, a opinião, a sensibilidade, o senso comum, que são propriedade de todo o ser humano e que, portanto, dividiriam o poder resultante do saber.

A razão, com virtualidades emancipatórias, tornou-se um instrumento do poder e transformou-se em razão positiva, instrumental, tecnocrática, suicida. A crise da razão se deve a uma aguda desconfiância da razão instrumental, estendida à razão como um todo, o que abre caminho para que se mergulhe resolutamente no irracionalismo.

No que diz respeito ao conhecimento, esta crise afeta os paradigmas da epistemologia racionalista vigente, cria uma suspeita metódica aos projetos do conhecimento científico e denuncia seus fundamentos irracionais e ideológicos.

Estes efeitos da crise da modernidade e das características da sociedade pós-industrial se cristalizam em alguns vetores de crítica aos supostos da epistemologia racional moderna, cartesiana, que é necessário criticar, desmontar, desconstruir, para reconstruir o conhecimento social sobre outras bases.

Os supostos que norteavam as ciências humanas em geral eram: a universalidade do ser humano, a idéia de verdade, a objetividade, a linearidade evolutiva de um processo histórico racional e universal, a separação entre sujeito e objeto, o enfoque macrológico, totalizante, enfoques voltados ao universal e permanente no universo simbólico, o pensamento científico, a noção de identidade, etc.

Uma consequência desta crítica à epistemologia racionalista é que atinge as teorias que partem deste paradigma, como o marxismo. O pensamento de Marx é herdeiro da razão moderna, de suas consequências e de seus limites, da razão emancipadora e da razão positiva.

Outra consequência, dentro da mesma linha de reflexão, é que o conhecimento histórico na atualidade é marcado por um refluxo da preocupação teórica, do modelo do pensamento científico e por um retorno ao empirismo e à narração. Uma manifestação disto é o próprio uso da palavra "ciência", que muitos estão próximos a recusar ou pelo menos a contornar para qualificar a sua disciplina.

As críticas que se fazem à epistemologia racionalista e, mais especificamente aos referenciais das ciências sociais que daí se derivam têm tido, como vimos, influência marcante sobre as características da nova historiografia. Mas, além da dimensão do "novo", que já examinei antes, há outros efeitos, de ordem epistemológica, que considero importantes para a reflexão dos historiadores e quero encerrar minha exposição com alguns comentários neste sentido.

1- Em alguns casos, o que se está criticando não é realmente o paradigma racionalista, mas deformações, leituras vulgares deste paradigma. Por exemplo, quando se examina o conteúdo da crítica ao pensamento científico, em geral ele está se referindo ao cientificismo.

2- A faceta da racionalidade que está subjacente ao paradigma da ciência moderna expurgou como manifestações irracionais ou falsas tudo aquilo que pertence ao campo da intuição, do senso comum, da sensação. A crítica a esta razão dogmática e reducionista está sendo feita de muitos lados (hermenêutica, psicologia, teoria da escolha racional e sociologia compreensiva, para citar alguns dos campos onde ela se realiza), de modo que já não se pode desconhecer que outras formas de conhecimento têm procedimentos e resultados particulares. Conforme o objeto de investigação, as finalidades que se tenha em vista, há formas de conhecimento que são pertinentes.

"Se, por exemplo, a conceituação reduz o real e não se confunde com ele, o conhecimento imediato por sua vez quase nunca se presta à generalização, a intuição e a sensação tendem a ser por demais subjetivas. (...) Não há, ao menos por enquanto, como avançar na formulação de um modo de pensar e conhecer que contemple todas as formas de saber. Ante a crítica dos grandes sistemas explicativos, o mais que se pode fazer é aprofundar a crítica da teoria, precisar

os limites da racionalidade e resgatar as contribuições e atribuições das outras formas e procedimentos de conhecer. "22

3- Mesmo que se deplore o fato de que não se pode escapar à rede da razão e que se manifeste desprezo por preocupações epistemológicas "essencialistas", como a verdade, a objetividade, etc., a razão não pode ser evitada. Tudo o que podemos fazer é desconstruí-la, enfraquecer sua pretensão de significados estáveis e unívocos.

4- A crítica ao paradigma racionalista não é o estágio final da crise da razão; ela apenas marca seu contorno, define seus termos: as alternativas estão ainda para serem construídas. Estas questões se dão todas dentro de um campo epistemológico que, se está abalado, não foi ainda substituído. Não se deu ainda uma "ruptura epistemológica" no sentido de estabelecer uma nova configuração cognitiva, onde por exemplo, e verifique um trabalho de transformação tanto do senso comum como da ciência, onde se combine um senso comum "esclarecido" com uma ciência "prudente", no sentido atribuído por Boaventura Santos.²³

Esta indefinição paradigmática, momento de crise mas ainda não de ruptura, creio que é um dos elementos importantes para entender as características que assume o conhecimento histórico neste momento, com suas contradições, etc.

5- Reconhecer que a razão se tornou um instrumento eficiente do poder, não significa cair no extremo oposto de renunciar a ela ou de condená-la em um processo sumário. Como observa Sérgio Rouanet,

*"... o irracionalismo mudou de rosto, mas não mudou de natureza. Hoje, como ontem, só a razão é crítica, porque seu meio vital é a negação de toda a facticidade, e o irracionalismo é sempre conformista, pois seu modo de funcionar exclui o trabalho do conceito, sem o qual não há como dissolver o existente. Mas há um núcleo de verdade no novo irracionalismo: o conceito clássico de razão deve efetivamente ser revisto."*²⁴

22- FALCÃO, L. Felipe. Op. cit., pp. 9-10.

23- SANTOS, Boaventura de S. Introdução a uma ciência pós-moderna. Rio de Janeiro, Graal, 1989, pp. 31-45.

24- ROUANET, S. Paulo. As razões do iluminismo. São Paulo, Cia. das Letras, 1987, p. 12.